



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
2ª VICE-PRESIDÊNCIA DO TJRJ

GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (GMF/RJ)		ATA DE REUNIÃO N. 01/2023
Data: 02.03.2023	Horário: 14h	Local: Sala de Sessões n.06 – Lâmina IV – Sala 206 e Teams.

Consigna-se nesta ata a participação presencial dos seguintes membros e convidados:

1. 2ª Vice-Presidente Desembargadora SUELY LOPES MAGALHÃES – Supervisora do GMF/RJ;
2. Desembargador MARCELO CASTRO ANATOCLES DA SILVA FERREIRA – Coordenador do GMF/RJ;
3. Juíza Auxiliar da Presidência ANA PAULA MONTE DE FIGUEIREDO PENA BARROS;
4. Juiz Auxiliar da Corregedoria RAFAEL ESTRELA NÓBREGA;
5. Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência ANDRÉ RICARDO DE FRANCISCIS RAMOS;
6. Juiz Titular da VEPEMA CARLOS FERNANDO POTYGUARA PEREIRA;
7. Juiz em exercício na VEP MARCEL LAGUNA DUQUE ESTRADA;
8. Juíza Titular da VEMSE LÚCIA MOTHÉ GLIOCHE;
9. Juíza Titular da VIJ da Capital VANESSA CAVALIERE
10. Juíza Coordenadora da CEAC SIMONE DE ARAÚJO ROLIM
11. Secretária de Estado de Administração Penitenciária MARIA ROSA LO DUCA NEBEL;
12. Promotora de Justiça CARLA ARAÚJO;
13. Promotor de Justiça Titular do Sistema Prisional e Direitos Humanos MURILO NUNES DE BUSTAMANTE;
14. Defensor Público DANIEL DIAMANTARAS DE FIGUEIREDO;
15. Defensora Pública Coordenadora da Custódia CARLA VIANNA LIMA;
16. Defensora Pública Coordenadora da Defesa Criminal LUCIA HELENA B. DE OLIVEIRA;
17. Defensora Pública PAULA F. P. ARRAES;
18. Defensor Público RODRIGO AZAMBUJA MARTINS;
19. Defensor Público LEONARDO RODA MELO DA CUNHA;
20. Defensor Público LEONARDO GUIDA;
21. Corregedor-Geral da PMERJ/SEPM Coronel MÁRCIO CESAR MONTEIRO;
22. Doutora ANDRÉA FERREIRA DA SILVA CAMPOS – PMERJ/UP;
23. Senhora MARIA EUGENIA DE CASTRO BORGES – DGTEC/TJRJ;
24. Senhora MARCELA DE AQUINO FELICIANO – DGTEC/TJRJ;
25. Senhora CLÁUDIA DOS REIS VIANNA – DGTEC/TJRJ
26. Senhora LUIZA BERTRAMI D'ANGELO – Sociedade Civil
27. Senhor IGOR BICACO JOÃO – SEAP
28. Senhor ROGÉRIO FERREIRA DA ROCHA – SEAP
29. Senhor LÚCIO FLÁVIO CORREIA A. – SEAP
30. Senhora DANIELLE RAMOS DE LIMA – SEAP

31. Diretor-Geral do DEGASE VICTOR POUBEL;
32. Senhor RONALDO OLIVEIRA – Secretaria da Polícia Civil

Consigna-se, ainda, a participação virtual pela plataforma Teams:

33. Defensora Pública ANGÉLICA RODRIGUES;
34. Defensora Pública ISABEL SCHPREJER;
35. Doutor RAPHAEL SOFIATI – PGE/RJ;
36. Diretor do IPPSC VANDERSON NUNES;
37. Senhora ERIKA TAVARES – SEAP

A Segunda Vice-Presidente do TJRJ Desembargadora Suely Lopes Magalhães, Supervisora do GMF/RJ, abre os trabalhos às 14h15min. Em suas considerações iniciais, ressalta a importância da conexão entre as Instituições visando várias realizações e condutas que atendam a eixos graves e necessários aos jurisdicionados. Destaca que este encontro - que reúne o **Coordenador do GMF/RJ Desembargador Marcelo Castro Anátocles**, os Juízes de vários eixos afetos ao GMF/RJ, os representantes da Corregedoria Geral da Justiça e da Presidência do TJRJ, os representantes do Governo Estadual, as Autoridades Cíveis e Militares, a Defensoria Pública, e o Ministério Público - retrata o desejo do TJRJ de levar adiante o plano de recuperação do sistema prisional, dando continuidade ao trabalho profícuo iniciado na gestão anterior, com o **Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio**, e seus Juízes Auxiliares, produzindo as condições para que se prossiga neste funcionamento. Salienta que se trata de trabalho árduo, que requer de cada um muita força e propósito. Enfatiza a necessidade de que os Entes se conectem em ações conjuntas, valorosas e indispensáveis. Por oportuno, informa que o GMF/RJ terá espaço físico próprio, com todas as funções acoplados à sede da 2ª Vice-Presidência. Relata que esteve presencialmente nesta semana com o **Governador de Estado Claudio Castro** e na oportunidade apresentou ao Chefe do Executivo todos os projetos e intenções do GMF/RJ, que foram bem acolhidos pelo Governador de Estado, que manifestou a intenção de promover a interface do GMF/RJ com a **Secretária de Administração Penitenciária Maria Rosa Nebel** e o **Diretor-Geral do DEGASE Victor Poubel**. Acrescenta que o CNJ está impulsionando a realização das ações propostas e vislumbra a prosperidade de iniciativas junto aos presos e aos adolescentes em conflito com a lei. O CNJ preconiza que seus programas sejam implementados, entre eles o “Fazendo Justiça”, com vários eixos, que serão recepcionados pelo TJRJ. Discorre sobre um destes eixos, os Escritórios Sociais, que recebem os egressos e os pregressos, aqueles que ainda estão em cumprimento de pena privativa de liberdade, no período de seis meses que antecede a sua soltura da unidade prisional prevista, visando oferecer documentação, orientação, capacitação e

empregabilidade. Destaca que há quatro Escritórios Sociais implantados no Rio de Janeiro. Ao final, reitera que há muitas frentes de trabalho que serão desenvolvidas pelo GMF/RJ.

Em prosseguimento, **o Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência André Ricardo de Franciscis Ramos, Membro do GMF/RJ**, expõe os principais eixos do CNJ que serão tratados no âmbito do GMF/RJ. Por oportuno, enfatiza a necessidade de que haja interinstitucionalidade, sempre com o foco no jurisdicionado. Explica que dentre os eixos principais, o CNJ estabeleceu o programa “Fazendo Justiça”. No ensejo, elenca os eixos estruturantes: i) proporcionalidade penal; ii) cidadania; iii) socioeducativo; iv) gestão de ações transversais; v) sistemas e identificação. A seguir, discorre sobre as ações dos eixos relatados:

Na Proporcionalidade Penal, a tônica vem das audiências de custódia, que foi ampliada e oferece a possibilidade de realização de Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) na Central de Audiência de Custódia (CEAC) de Benfica. A atual gestão do GMF/RJ busca estender a prática para a CEAC de Volta Redonda e, quiçá, para Campos dos Goytacazes. Ainda neste Eixo, há a monitoração eletrônica, buscando-se sempre a modulação do efetivo carcerário. Nesta modulação, existe questão de suma importância: a higienização do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP 2.0). Informa que há Ato Conjunto PRES/CGJ/2ªVP, a ser publicado, que cria a Central de Higienização e Saneamento do BNMP 2.0. Elucida que o BNMP 3.0 deve entrar em operação em abril, o que implica na migração dos dados de forma higienizada, viabilizando a operacionalização fidedigna do BNMP 3.0. A Central será composta por quatro juízes nomeados pela Presidência do TJRJ que vão atuar junto com 40 servidores designados pela CGJ em sistema de GEAP-C já autorizado. Salaria que existem mandados de prisão que constam como cumpridos no referido sistema, com a pessoa presa, quando já estão legalmente soltos, com ordem judicial.

No Eixo Cidadania, a Resolução CNJ 307/2019 preconiza a assistência ao egresso e ao progresso. A ideia é que os Escritórios Sociais cumpram esse papel, fornecendo formação profissional e banco de empregos. Destaca que a Ministra Rosa Weber apontou como uma das metas da gestão desenvolver parceria com o Ministério Público do Trabalho para fiscalização das empresas conveniadas com o Poder Público na garantia de cotas de vagas de emprego aos egressos. Ainda no Eixo Cidadania, o **Magistrado** destaca aumentar o combate à tortura das pessoas privadas de liberdade, inclusive no que tange aos adolescentes conduzidos ao exame de corpo de delito e fomentar a remissão das

penas, bem como o incentivo à prática de esportes e lazer dentro do sistema prisional e à leitura no âmbito da socioeducação. Acrescenta que há a previsão de oferta de 700 vagas de profissionalização pelo SENAC para adolescentes que cometeram atos infracionais não violentos, a partir de liberação de verbas pelo Estado.

No Eixo Gestão de Ações Transversais, relata que foi implantada a Secretaria do GMF/RJ. Este Eixo abrange a garantia de assistência a populações com vulnerabilidade acrescida e o cumprimento das decisões oriundas da Corte Interamericana. Menciona que ainda há unidade prisional sob intervenção e estão sendo promovidas ações visando levantar a medida cautelar em face do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho e evitar que outras unidades venham a sofrer intervenção pela Corte. O Eixo abrange, ainda, os mutirões carcerários, que serão realizados em conjunto com a VEP.

No que tange à Identificação Civil, pontua que há grande número de presos sem registro civil. Informa que na gestão anterior, a Justiça Itinerante esteve em diversas unidades prisionais buscando o registro tardio das pessoas privadas de liberdade que não tinham certidão de nascimento. Acrescenta que a Justiça Itinerante tem feito uma unidade prisional por mês.

Ao final de sua exposição, o **Juiz André de Franciscis** ressalta que para alcançar o objetivo proposto, o GMF/RJ contará com o apoio da Presidência do TJRJ e da Corregedoria Geral da Justiça.

Em continuidade, o **Juiz Marcel Laguna Duque Estrada** pontua que a VEP é instrumento de colaboração dos objetivos elencados e está à disposição para auxiliar no que for possível, dentro das atribuições e competências da VEP.

O **Juiz Carlos Fernando Potyguara Pereira** manifesta a intenção de auxiliar no que for necessário. Menciona a importância do fortalecimento da equipe técnica da VEP/EMA com número maior de psicólogos e assistentes sociais.

A **Secretária de Estado de Administração Penitenciária Maria Rosa Nebel** salienta que os projetos mencionados valorizam o viés da ressocialização. Destaca que a Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) está atuando junto com a SEAP, inclusive no que tange à questão de medidas cautelares da Corte Interamericana. Enfatiza que a SEAP está à disposição do TJRJ e de todas as Instituições presentes.

A **Juíza Vanessa Cavalieri** destaca a importância de atuação conjunta do GMF/RJ com a Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ), considerando o ponto de interseção entre esses Colegiados, assim como no DMF/CNJ com o Fórum Nacional da Infância e da Juventude (FONINJ). Menciona que a construção do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) está em andamento e nesse sentido reforça a necessidade de que a Polícia Civil assuma o compromisso com a questão da perícia dos adolescentes apreendidos, atuando no NAI. Ressalta que há o atendimento do adolescente apreendido no Núcleo de Audiência de Apresentação, que será substituído pelo NAI, após sua implementação. Pondera que esse atendimento é mais garantista para o adolescente do que a Audiência de Custódia é para os adultos. Elucida que o Fórum Nacional da Justiça Juvenil (FONAJUV) tem um posicionamento unânime e consolidado de que não devem ser realizadas audiências de custódia para os adolescentes, tendo em vista que a audiência de apresentação, logo após a apreensão em flagrante, nos moldes de um atendimento integrado, é mais benéfica para os adolescentes.

A **Juíza Simone Rolim** assegura que a Central de Audiência de Custódia está à disposição do GMF/RJ no intuito de viabilizar o cumprimento de todas as metas propostas. Valoriza que todas as Instituições envolvidas estejam afinadas e caminhando no mesmo propósito.

A **Juíza Lucia Glioche** aborda a questão da falta de efetivo nas unidades do DEGASE e a premente necessidade de se repor esse efetivo. Salaria a relevância de o GMF/RJ atuar junto ao Governo do Estado buscando essa reposição.

O **Diretor-Geral do DEGASE Victor Poubel** relata que realizou as tratativas com o SENAC e o projeto desenvolvido irá atender 700 adolescentes, em internação e semiliberdade, e o DEGASE está aguardando a liberação orçamentária do Governo do Estado. Acrescenta que vem buscando parceria também com a FAETEC visando melhorar a situação educacional e profissionalizante dos adolescentes. Informa que já provocou a Casa Civil para suprir a deficiência no efetivo. Elucida que há 26 unidades socioeducativas em todo o Estado, sendo 10 de internação e 16 de semiliberdade. Ressalta que a profissionalização dos socioeducandos e a oferta de vagas no mercado de trabalho é dever da Instituição, com foco na empregabilidade e retorno ao convívio na Sociedade. Salaria que o DEGASE busca olhar também para a família do adolescente em conflito com a lei, que é, muitas vezes, desestruturada. Nesse sentido, são ofertados cursos gratuitos para os

familiares. Reitera a relevância da atenção aos egressos. Por fim, assevera que o DEGASE acredita nesse processo de recuperação do adolescente.

O **Promotor de Justiça Murilo Bustamante** assegura que o GMF/RJ poderá contar com o Ministério Público na troca de informações e parcerias no desenvolvimento dos trabalhos.

A **Defensora Pública Lucia Helena de Oliveira** coloca a Defensoria Pública à disposição do GMF/RJ e destaca a importância do trabalho de continuidade que será desenvolvido pelo Colegiado.

Em suas considerações finais, a **Supervisora do GMF/RJ** ressalta que o TJRJ vem observando as boas práticas de outros tribunais estaduais e ao mesmo tempo passando a esses tribunais algumas ações desenvolvidas no âmbito do Rio de Janeiro, realizando trocas enriquecedoras. No ensejo, enaltece a presença de todos e valoriza a oportunidade de os atores envolvidos com o sistema carcerário e o socioeducativo se conhecerem. Salaria que, nas próximas reuniões do GMF/RJ, as pautas serão setorizadas por temas.

Na mais a tratar, encerra a reunião às 15h30min.

Segunda Vice-Presidente Desembargadora Suely Lopes Magalhães
Supervisora do GMF/RJ